

FEMINISMOS, GÊNERO E DESIGUALDADES

PERSPECTIVAS
CONTEMPORÂNEAS

Nariel Diotto
Gabriela Dickel das Chagas
Daiane Caroline Tanski
Raquel Buzatti Souto
Tiago Anderson Brutti
(Organizadores)



EDITORA

ILUSTRAÇÃO

Nariel Diotto
Gabriela Dickel das Chagas
Daiane Caroline Tanski
Raquel Buzatti Souto
Tiago Anderson Brutti
(Organizadores)

**FEMINISMOS, GÊNERO E
DESIGUALDADES**
PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS

Editora Ilustração
Cruz Alta – Brasil
2021

Copyright © Editora Ilustração

Editor-Chefe: Fábio César Junges

Revisão: Os autores

CATALOGAÇÃO NA FONTE

F329 Feminismos, gênero e desigualdades [recurso eletrônico] :
perspectivas contemporâneas / organizadores: Nariel
Diotto ... [et al.]. - Cruz Alta : Ilustração, 2021.
206 p.

ISBN 978-65-88362-87-7

DOI 10.46550/978-65-88362-87-7

1. Direitos humanos. 2. Feminismo. 3. Desigualdade de
gênero. I. Diotto, Nariel (org.).

CDU: 342.7

Responsável pela catalogação: Fernanda Ribeiro Paz - CRB 10/ 1720

2021

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora
Ilustração

Todos os direitos desta edição reservados pela Editora Ilustração

Rua Coronel Martins 194, Bairro São Miguel, Cruz Alta, CEP 98025-057

E-mail: eilustracao@gmail.com

www.editorailustracao.com.br

Conselho Editorial



Dr ^a . Adriana Maria Andreis	UFFS, Chapecó, SC, Brasil
Dr ^a . Adriana Mattar Maamari	UFSCAR, São Carlos, SP, Brasil
Dr ^a . Berenice Beatriz Rossner Wbatuba	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dr ^a . Célia Zeri de Oliveira	UFPA, Belém, PA, Brasil
Dr. Clemente Herrero Fabregat	UAM, Madri, Espanha
Dr. Daniel Vindas Sánches	UNA, San Jose, Costa Rica
Dr ^a . Denise Tatiane Girardon dos Santos	FEMA, Santa Rosa, RS, Brasil
Dr. Domingos Benedetti Rodrigues	SETREM, Três de Maio, RS, Brasil
Dr. Edegar Rotta	UFFS, Cerro Largo, RS, Brasil
Dr. Edivaldo José Bortoleto	UNOCHAPECÓ, Chapecó, SC, Brasil
Dr ^a . Egeslaine de Nez	UFMT, Araguaia, MT, Brasil
Dr ^a . Elizabeth Fontoura Dorneles	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Evaldo Becker	UFS, São Cristóvão, SE, Brasil
Dr. Glauco Bezerra Brandão	UFRN, Natal, RN, Brasil
Dr. Gonzalo Salerno	UNCA, Catamarca, Argentina
Dr. Héctor V. Castanheda Midence	USAC, Guatemala
Dr. José Pedro Boufleuer	UNIJUÍ, Ijuí, RS, Brasil
Dr ^a . Keiciane C. Drehmer-Marques	UFSM, Santa Maria, RS, Brasil
Dr. Luiz Augusto Passos	UFMT, Cuiabá, MT, Brasil
Dr ^a . Maria Cristina Leandro Ferreira	UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil
Dr ^a . Neusa Maria John Scheid	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dr ^a . Odete Maria de Oliveira	UNOCHAPECÓ, Chapecó, SC, Brasil
Dr ^a . Rosângela Angelin	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dr ^a . Salete Oro Boff	IMED, Passo Fundo, RS, Brasil
Dr. Tiago Anderson Brutti	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil

Este livro foi avaliado e aprovado por pareceristas *ad hoc*.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO13

Nariel Diotto
Gabriela Dickel das Chagas
Daiane Tanski
Raquel Buzatti Souto
Tiago Anderson Brutti

Capítulo 1

O FEMINISMO DESCOLONIAL E AS PAUTAS
AMBIENTAIS: POSSIBILIDADES DE SUPERAÇÃO DO
SISTEMA COLONIAL-PATRIARCAL E VISIBILIDADE DAS
MULHERES E DA NATUREZA21

Fernanda Lavinia Birck Schubert
Denise Tatiane Girardon dos Santos

Capítulo 2

A HISTÓRIA DA SOCIALIZAÇÃO DA CRIANÇA E A
PERSISTÊNCIA DA DESIGUALDADE DE GÊNERO.....35

Gabriela Dickel das Chagas
Etyane Goulart Soares
Tiago Anderson Brutti

Capítulo 3

O FENÔMENO DO NEOFASCISMO NO BRASIL: REDES
SOCIAIS, FAKE NEWS E OPRESSÃO DE GÊNERO43

Nariel Diotto
Luís Guilherme Nascimento de Araújo
Gabriela Dickel das Chagas
Jonathan Junges

Capítulo 4

A CRIMINOLOGIA A PARTIR DA PERSPECTIVA
FEMINISTA NO CASO DE CRIMES CONTRA MULHERES
.....53

Isadora Nogueira Lopes
Nariel Diotto
Raquel Buzatti Souto

Capítulo 5

A GUERRA ÀS DROGAS, O ENCARCERAMENTO
FEMININO E A NECROPOLÍTICA67

Giovana Eugenio Bernardo da Costa
Juliana Pereira Rodrigues
Larissa Gabriela Cruz Botelho
Maria Clara Faria Thomaz

Capítulo 6

AS RELAÇÕES ABUSIVAS E SUA RELAÇÃO COM
O CRIME DE FEMINICÍDIO: UMA ANÁLISE PELA
PERSPECTIVA DA CULTURA PATRIARCAL NO BRASIL.81

Raíssa Pedroso Becker de Lima
Denise Tatiane Girardon dos Santos

Capítulo 7

DO MITO DA BELEZA À MISOGINIA: A
VULNERABILIDADE DAS MULHERES NO ESPAÇO
PÚBLICO95

Karen Roberta Miranda
Amanda Pereira Serafim
Daniel Ferro Nobre de Lima
João Vitor Carneiro da Silva
Neiva Araujo

Capítulo 8

A INVISIBILIDADE DAS MULHERES NEGRAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA E DIREITOS HUMANOS: A BUSCA POR RECONHECIMENTO	111
---	-----

Celiena Santos Mânica
Simone Andrea Schwinn

Capítulo 9

DIGNIDADE ENCARCERADA: A PANDEMIA DO COVID-19 E SEUS REFLEXOS NO AMBIENTE CARCERÁRIO FEMININO	125
---	-----

Georgea Bernhard
Isadora Hörbe Neves da Fontoura

Capítulo 10

A EFETIVA PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA	141
--	-----

Daiane Caroline Tanski
Carla Rosane da Silva Tavares Alves
Tiago Anderson Brutti

Capítulo 11

REDES SOCIAIS COMO ALIADAS AOS MOVIMENTOS FEMINISTAS: UMA ANÁLISE DO CASO #EXPOSEDFORTAL	153
--	-----

Fernanda Maia Almeida Bezerra
Marina Solon Fernandes Torres Martins
Cristiane Guilherme Bonfim
Márcia Vidal Nunes

Capítulo 12

A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E A LUTA DO MOVIMENTO FEMINISTA PARA A EFETIVAÇÃO DA IGUALDADE DE DIREITOS169

Carlos Henrique Miranda Jorge

Joseangela Oliveira Santana

Capítulo 13

AGRESSÃO PSICOLÓGICA NOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: UM ESTUDO REFERENTE À POSSIBILIDADE DE EQUIPARAÇÃO DO DANO PSÍQUICO AO CRIME DE LESÃO CORPORAL..185

Katiussa Richter

Tiago Anderson Brutti

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES199



Capítulo 11

REDES SOCIAIS COMO ALIADAS AOS MOVIMENTOS FEMINISTAS: UMA ANÁLISE DO CASO #EXPOSEDFORTAL

Fernanda Maia Almeida Bezerra

Marina Solon Fernandes Torres Martins

Cristiane Guilherme Bonfim

Márcia Vidal Nunes

1 Considerações iniciais

Se a exposição indevida de imagens íntimas de mulheres é fato comum desde os tempos mais analógicos, a contemporaneidade conectada à internet traz elementos novos a essa questão: enquanto aplicativos de mensagens instantâneas tais como *WhatsApp* são usados para veicular sem autorização as imagens, as redes sociais *Twitter* e *Instagram* podem ser aliadas quando usadas pelas mulheres vítimas de exposição enquanto ferramentas de mobilização e informação.

Durante o mês de junho de 2020, diversas estudantes de escolas particulares de Fortaleza mobilizaram a *hashtag* #exposedfortal, que foi divulgada nas redes sociais *Twitter* e *Instagram*, e reuniu relatos de jovens mulheres que tiveram imagens íntimas compartilhadas sem autorização por homens por meio do *WhatsApp*. A mobilização pelas redes sociais foi além das mulheres vítimas, reuniu diversos seguidores em apoio, chamou a atenção da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará¹ e abriu espaços para que novas denúncias de casos semelhantes fossem feitas por

¹ Mais informações em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/exposedfortal-apos-denuncias-nas-redes-sociais-duas-pessoas-registram-bo-sobre-o-caso-1.2959390>. Acesso em 27/09/20.

meio das redes sociais. Após o ocorrido, em setembro de 2020, o governador do Ceará, Camilo Santana (PT), sancionou a Lei de criação da Delegacia de Repressão aos Crimes Cibernéticos², que pretende aumentar o rigor na apuração de casos ocorridos por meio da internet. O caso #exposedfortal ganhou tamanha visibilidade que cerca de 100 mil menções à *hashtag* foram compartilhados nas redes sociais *Instagram* e *Twitter*, deixando o assunto entre os mais comentados nessas redes sociais entre os dias 21 e 27 de junho de 2020.

É importante salientar que uma mulher que, por vontade própria, envia fotos de cunho íntimo a quem quer que seja não está autorizando que sua imagem seja divulgada em larga escala. Compartilhar imagens íntimas de outra pessoa pode configurar uma prática criminosa.

A organização virtual de vítimas e apoiadores em torno da *hashtag* #exposedfortal foi uma reação capaz de provocar a solução dos casos concretos por via judicial e também de construir um espaço de debate em torno do tema para que mais mulheres sintam-se apoiadas a denunciar esse tipo de comportamento.

Dentro desse campo do uso das redes sociais como plataforma de informação e mobilização, este artigo pretende analisar quatro postagens do dia 23 de junho de 2020 do perfil Grupo Estudantil de Empoderamento Feminino (GEEF)³, que se articulou no *Instagram* em torno da *hashtag* #exposedfortal sobre o vazamento de imagens íntimas de alunas do colégio Ari de Sá e de outras escolas em Fortaleza. A escolha por esse *corpus* de análise se justifica pelo maior volume de postagens no GEEF nesse dia em comparação a outras datas. Além disso, também por ter sido nessa data o pico de buscas pela *hashtag* #exposedfortal, de acordo com

2 Mais informações em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2020/09/25/camilo-santana-sanciona-lei-que-cria-delegacia-de-repressao-aos-crimes-ciberneticos.html>. Acesso em 27/09/20.

3 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BxcSISVgwfM/>. Acesso em 27/09/2020.

a ferramenta *Google Trends*, que indica os termos mais buscados no Google em determinado período.

Como metodologia, nos valem da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977). Este método, que se pretende empírico, se dedica às falas e interpretações de referido conteúdo. De acordo com Bardin (1977), a Análise de Conteúdo pode ser utilizada para fins de medir a implicação do político em determinados discursos, seguir a evolução moral da nossa época e ainda encontrar o inconsciente coletivo. Por isso, aplicamos este método para verificar as quatro postagens relacionadas.

2 Desenvolvimento

A internet, por meio do funcionamento das redes sociais, pode se comportar como ferramenta aliada na articulação de ativismos em torno de uma causa comum. Gohn (2019) pontua que há um crescente ativismo dos jovens nas redes sociais devido ao uso recorrente que estes fazem de novas tecnologias, o que os leva a atuar em diversas causas que os interessem, sem pertencimentos fixos e se articulando nos espaços virtuais por meio de coletivos.

O espaço das redes sociais é terreno fértil para esse tipo de articulação uma vez que se estrutura de forma a difundir informações, acolher relatos de vida e promover mobilizações que podem implicar-se no espaço *offline*. Recuero, Bastos e Zago (2018) definem que redes sociais são metáforas para a estrutura dos agrupamentos sociais. “Elas são constituídas pelas relações entre os indivíduos e vão servir como estrutura fundamental para a sociedade” (p.23).

Desta forma, as redes sociais traduzem as movimentações das conexões reais *in loco* para o ambiente virtual. Uma das vantagens do funcionamento das redes sociais dentro da perspectiva de organização social, segundo Recuero, Bastos e Zago (2018), é que as conversações e trocas sociais deixam “rastros” que são arquivados pelas redes sociais, podendo ser recuperados e buscados.

Os “rastros” caracterizam a estabilidade dessas redes, tornando-as complexas e compreendendo a pluralidade das relações *offline*. “Essas ferramentas também proporcionaram o estabelecimento de espaços de representação, imbuídos da *persona* que representam e delimitados como um espaço ‘pessoal’ de ‘fala’ dos indivíduos” (p. 22).

Boyd e Ellison (2013) definem sites de redes sociais como plataformas de comunicação em rede nas quais os participantes possuem perfis de identificação única que consistem em conteúdos produzidos pelo usuário, conteúdos fornecidos por outros usuários (os ditos compartilhamentos), e/ou dados fornecidos pelo sistema. As redes sociais podem articular publicamente conexões visíveis e cruzadas por outros usuários e podem consumir, produzir e/ou interagir com fluxos de conteúdo gerado por outros usuários e fornecidos por suas próprias conexões no site.

O funcionamento da internet e das redes sociais permite a construção de ambientes onde estão implicados a cultura e a sociedade. Hine (2000) compreende esse lugar como um Ciberespaço, onde Lemos (2003) identifica que há a construção de um Ciberativismo, um ambiente virtual de práticas sociais associativas de utilização da internet por movimentos politicamente motivados com o intuito de alcançar tradicionais e novas metas.

Recuero (2009) explica que as interações por meio do computador estão possibilitando o surgimento de grupos sociais na internet com características comunitárias. “Esses grupos seriam construídos por uma nova forma de sociabilidade, decorrente da interação mediada pelo computador, capaz de gerar laços sociais” (p. 136). A autora defende que o Ciberespaço tem modificado a estrutura social de convivência das pessoas, ampliando não apenas os espaços, mas também os poderes de interação social delas. As conexões virtuais não estão desconectadas dos espaços concretos de interação face a face, mas são extensões deles, podendo, inclusive, ampliá-los.

A utilização das redes sociais tem sido, portanto, um meio de organização, informação e mobilização de diversos movimentos sociais, entre eles, os movimentos feministas, nos quais se inserem parte das mulheres vítimas de exposição íntima que se articularam nas redes sociais por meio da *hashtag* #exposedfortal.

Esse grupo de mulheres vivenciou o que Bogado (2018) defende ser um novo modelo de atuação dos movimentos feministas, que têm se valido dessa nova linguagem tecnopolítica das redes sociais e experimentado novos modelos de atuação. A autora chama atenção ao caráter autônomo das participantes, que agora se utilizam das redes sociais de forma direta, sem relação de dependência do sistema político, mas passam a operar por meio de ações, de debates e laços criados que vão das redes sociais de internet até a ocupação coletiva de espaços e debates públicos.

Bogado (2018) narra que desde 2015 é possível notar que os movimentos feministas têm alcançado novos patamares a partir de organizações iniciadas nas redes sociais. A autora destaca que, desde então, esses movimentos se apropriam das características que são próprias do Ciberespaço: a horizontalidade, a recusa de formação de lideranças e a priorização total do coletivo. As questões das mulheres ganham força e amplitude de tal modo que este novo momento, que tem por característica os usos da internet e das redes sociais, passa a ser compreendido como a *quarta onda dos feminismos*.

Rousiley Cely Moreira Maia (2012) considera que a internet proporcionou uma nova infraestrutura para as conversações – mais rápida e mais barata, com grande potencial para a produção e difusão autônoma de informação e com uma gama variada de recursos para a conexão e ação política em escala global, nacional e transnacional (2012, p. 47).

Ela destaca ainda que há movimentos coletivos que buscam desestabilizar “consensos existentes da cultura majoritária que podem ser opressivos nas relações íntimas, nas relações sociais ou,

ainda, nas relações legais, e politizá-los como questões de interesse comum, no reino público”:

Muitas das demandas e reivindicações dos atores da esfera civil têm como alvo o sistema político e requerem atenção e resposta dos agentes do Estado para assegurar ou implementar direitos, para aliviar injustiças sociais ou para prover redistribuições de oportunidades e bens. Assim sendo, é preciso compartilhar o domínio da vida cotidiana com grandes questões de democracia política e justiça social. Por um lado, deve-se considerar que princípios abstratos e amplos ideais políticos não estão ancorados na experiência pessoal, local e imediata dos indivíduos, mas, ao invés disso, em tradições democráticas constituídas através de um amplo processo sócio-histórico, como uma experiência compartilhada e dinâmica (MAIA, 2012, p. 59).

A internet e as redes sociais têm formado um cenário virtual que se constitui como novo ambiente de micropolíticas e organizações sociais. Malini e Antoun (2013) apontam a internet como uma máquina de cooperação social que constrói relações, afetos e trocas de conhecimentos micropolíticos. Sakamoto (2013) defende que as tecnologias de comunicação não são ferramentas que apenas descrevem momentos, mas que promovem construção e reconstrução da realidade. Os usuários de redes sociais estão inventando, articulando e modificando os cenários políticos. “Isso, aos poucos, altera também a maneira de se fazer política e as formas de participação social” (p. 95).

Castells (2017) chama atenção ao fato de que estamos vivendo um novo contexto de comunicação em ampla escala com profundas transformações tecnológicas e organizacionais, e que essa mudança está no cerne da sociedade em rede como uma nova estrutura social, onde as movimentações sociais contemporâneas têm se desenvolvido. Desta forma, os movimentos têm usado o computador para conectar o “eu” ao “nós” criando uma comunidade que nasce de forma a questionar o poder, podendo interferir nele.

Sobre o tema do Ciberativismo, Recuero (2012) explica ainda que esta relação entre o usuário e o computador gerou um

ambiente de novas mediações de interação e que as ferramentas tais como as redes sociais deram novos impulsos aos processos de conversação.

Os sites de redes sociais permitiram às pessoas publicar e ampliar suas redes, criando novas conexões e novas formas de circulação e informação (Recuero e Zago, 2009), além de novos modos de interação (Primo, 2006). Mais do que isso, essas ferramentas também propiciaram o advento de novas formas de conversação: conversações coletivas, assíncronas ou síncronas, públicas e capazes de envolver uma grande quantidade de atores, que aqui chamamos de conversação em rede. Essas conversações diferenciam-se das demais conversações no espaço digital porque, constituídas dentro das redes sociais online, são capazes de “navegar” pelas conexões dessas redes, espalhando-se por outros grupos sociais e outros espaços. (...) Assim, uma conversação em rede nasce de conversações entre pequenos grupos que vão sendo amplificadas pelas conexões dos atores, adquirindo novos contornos e, por vezes, novos contextos. (RECUERO, 2012, p.123)

Costa (2018) chama atenção ao fato de a internet, as redes sociais e o Ciberativismo terem impulsionado sobremaneira a atuação das movimentações feministas na contemporaneidade. Foi por meio desse aparato que nasceram novas articulações e que se tornou possível o encontro das mulheres em torno de causas comuns.

Prudêncio (2014) considera que “o ativismo digital está menos relacionado a grandes causas de movimentos sociais e mais a campanhas específicas cujas marcas são as *hashtags* e o compartilhamento de conteúdo informativo para mobilizar quadros de atores coletivos e individuais” (p. 88).

Castells (2017) afirma que a construção autônoma das redes sociais, que têm por característica as ações controladas e guiadas estritamente pelos usuários, é, portanto, a grande transformação social do século XXI. Costa (2018) coloca que a conexão da internet e os movimentos sociais pode ser aprofundada à medida que se estabelece essa relação de autonomia. As redes sociais têm sido espaços onde tem-se criado um novo padrão de conversação e

organização, onde as pessoas ouvem e falam e se retroalimentam de informações. Desta forma, pessoas em situação de marginalização social e política conseguem se informar, articular e mobilizar.

São essencialmente movimentos culturais, que permitem a um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação segundo seus próprios valores e interesses, independentemente das instituições. O grau de autonomia e descentralização das redes abriu um vasto campo de estratégias inesperadas de mobilização e comunicação políticas. Entre elas, estão as perspectivas capazes de mobilizar a expressão individual, assim como a erosão parcial entre o público e o privado, que podem ser vistos como o cerne da criação de modulações mobilizadoras estimuladas pela estrutura das redes (...). É importante observar que este padrão de comunicação teve um efeito particularmente positivo para indivíduos com baixa renda, nos movimentos de “minorias”, e para a ação política em países em desenvolvimento. (COSTA, 2018, p. 44-45).

É notado que as condições tecnológicas às quais estamos submetidos reinventam formatos e espaços de sociabilidade, tornando, assim, o Ciberespaço um ambiente conectado à realidade. A internet não está isolada do mundo *offline* nem os usuários dela estão fora dela. As plataformas digitais alçam, portanto, um status de espaço público, onde os usuários tendem a confiar nas informações que nela circulam, formando espaços de diálogo, informação e mobilização efetiva em torno de causas comuns.

3 Análise

Criado por jovens mulheres de uma escola particular de classe média de Fortaleza, o perfil no *Instagram* do Grupo Estudantil de Empoderamento Feminino (GEEF)⁴ foi um dos que se pronunciaram sobre o episódio das denúncias de assédio de estudantes que foram trazidas a público por meio da internet. A primeira postagem do perfil no *Instagram* do GEEF⁵ data do dia

4 Disponível em: <https://www.instagram.com/juntascomgeef/>. Acesso em 11/05/2021.

5 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BxcSISVgwfM/>. Acesso em

14 de maio de 2019 e mostra que o grupo já se articulava de forma efetiva antes da mobilização em torno da *hashtag* #exposedfortal. Com mais de um ano de atividades, o perfil contém postagens referentes aos encontros (antes presenciais, agora *online* devido ao contexto da pandemia de Covid-19), indicações de leituras e debates de temas relativos aos movimentos feministas tais como empoderamento, racismo e assédio sexual, dentre outros. O perfil somava 1.081 seguidores em 11 de maio de 2021.

Na imagem que caracteriza a foto do perfil há uma arte com o desenho de três mulheres de gerações, origens e características diferentes que têm em comum histórias de vida marcadas pela defesa da autonomia feminina: a estudante paquistanesa Malala Yousafzai (1997), a pintora mexicana Frida Kahlo (1907-1954) e a cantora negra estadunidense Nina Simone (1933-2003).

Então com 56 publicações no *feed* do perfil a ser analisado, nosso foco será em quatro postagens feitas no dia 23 de junho de 2020, quando as denúncias referentes ao movimento #exposedfortal tomaram conta das redes sociais. São três notas de repúdio em forma de vídeo, com três integrantes diferentes do grupo expondo suas opiniões, e uma postagem de carrossel com um guia orientando mulheres a como lidar com o vazamento de imagens íntimas. Faremos a análise das postagens com base na metodologia de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977).

A primeira postagem⁶, um vídeo de oito minutos e 27 segundos, conta com 76 comentários. A nota de repúdio é feita por uma mulher que se identifica como “Ananda”, e se apresenta como uma das co-fundadoras do Grupo. O vídeo contém diversos pontos que mostram como o grupo compreende a importância de debates sobre o tema do assédio sexual para que situações como essa não se repitam. Além disso, ela também fala sobre a desmistificação da figura do abusador, que não deve ser tratado como monstro, já que comumente são pessoas do convívio social das vítimas.

11/05/2021.

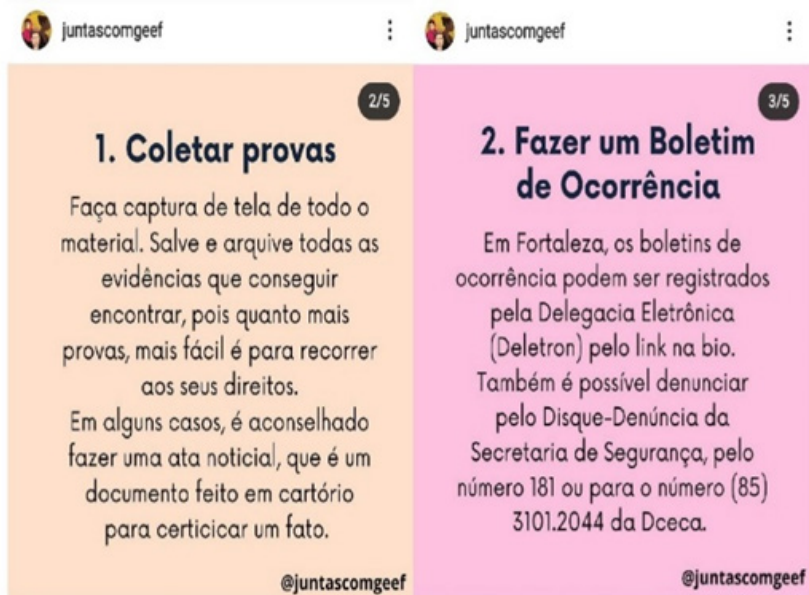
6 Disponível em <https://www.instagram.com/p/CBy-1zXhrP5/>. Acesso em 12/05/2021.

A segunda postagem⁷ é um álbum com layouts que falam sobre formas de lidar com o vazamento de fotos íntimas. Além de demonstrar ampla empatia e apoio às vítimas, o principal objetivo da postagem é divulgar, de forma acessível e didática, que é possível colher provas e levar os casos de divulgação indevida de fotos íntimas à justiça. A intenção é que o conteúdo encurte o caminho entre as vítimas e o sistema judiciário, dando acesso às diretrizes legais de forma prática, objetiva de forma que haja encaminhamento às denúncias.

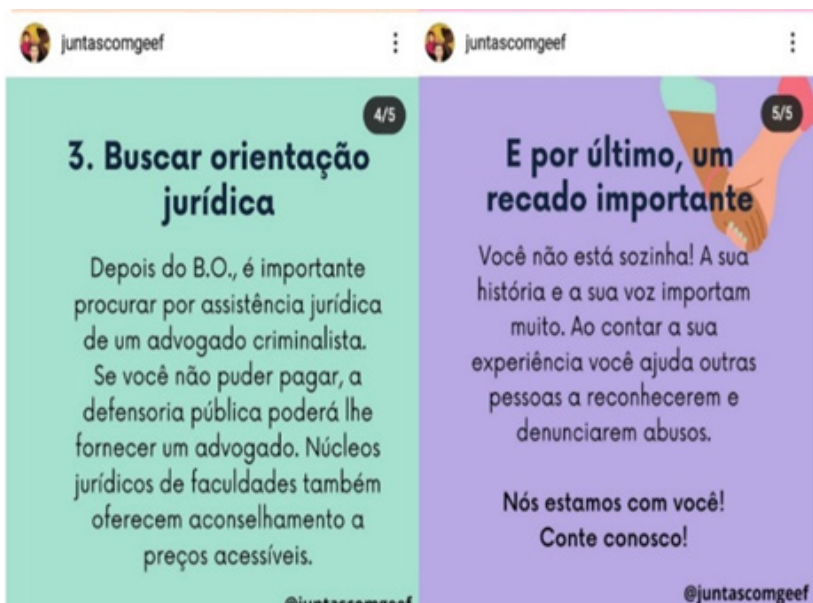


Créditos das Fotos: Prints da rede social Instagram feitos pelas pesquisadoras

7 Disponível em https://www.instagram.com/p/CBzJZrshZ_9/. Acesso em 12/05/2021.



Créditos das Fotos: Prints da rede social Instagram feitos pelas pesquisadoras



Créditos das Fotos: Prints da rede social Instagram feitos pelas pesquisadoras

A terceira postagem⁸ do dia é uma segunda nota de repúdio. Neste vídeo, protagonizado por uma mulher adolescente que se apresenta como “Rebeca”, e se identifica também como membro do Grupo, o conceito de “lugar de fala” é explorado para explicar como homens e mulheres podem, ou não, falar sobre feminismos e as opressões sofridas por mulheres. A jovem usa o seu exemplo de mulher branca para pontuar como ela fala do lugar de oprimida pelo patriarcado, mas não pode falar na posição de oprimida pelo racismo. Rebeca repudia homens que usam das redes sociais para falar sobre feminismos mas continuam perpetuando violência contra as mulheres, a exemplo da campanha aqui analisada.

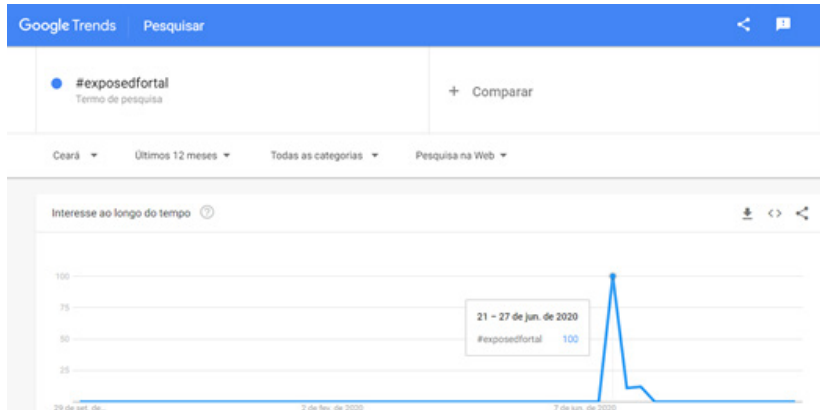
A última postagem⁹ é também uma nota de repúdio. Esta começa com um áudio de um homem falando de forma violenta sobre mulheres, presume-se que seja referente ao movimento de mulheres que se pronunciou e denunciou o grupo de *Whatsapp* que divulgava indevidamente fotos íntimas de estudantes cearenses. Nesse vídeo, a estudante que o protagoniza usa um exemplo particular que aconteceu com ela aos 12 anos, quando na escola em que estudava fotos íntimas de meninas também foram vazadas e tornaram-se alvo de comentários objetificantes. Ao fazer essa relação entre o objeto e o sujeito, a jovem destaca como a sexualidade das mulheres é sempre instrumentalizada pelos interesses masculinos.

A busca pelo termo #exposedfortal no *Google* expõe aproximadamente 29.700 resultados, dos quais 123 estão na categoria “notícias”. A escolha das pesquisadoras por analisar as quatro postagens no *Instagram* feitas no dia 23 de junho de 2020 se justifica pelo fato de ser o único dia em que houve mais de uma postagem no perfil do GEEF. Além disso, também por ter sido nesta data o pico de buscas pela *hashtag* #exposedfortal de acordo com a ferramenta *Google Trends*, que indica os termos mais procurados no *Google* no Ceará em determinado período. O gráfico abaixo foi

8 Disponível em https://www.instagram.com/p/CBzJ_WihBzh/. Acesso em 12/05/2021.

9 Disponível em <https://www.instagram.com/p/CBzOHQJBwc9/>. Acesso em 12/05/2021.

gerado por essa ferramenta quando se pesquisa pela *hashtag* nos 12 meses anteriores a 27 de setembro de 2020.



Créditos da Foto: Print do Google Trends feito pelas pesquisadoras

O conjunto dessas postagens nos mostra como o grupo se organiza de maneira a denunciar e se pronunciar sobre os casos que envolvam violências contra as mulheres. É nesse ambiente digital, com grupos voltados para o empoderamento coletivo de mulheres e uma organização de estudantes contra assédios e abusos sexuais, que denúncias como as promovidas pelo #exposedfortal encontram espaço para ocorrer. A importância de sair do silêncio para a fala é destacada por hooks (2019), que enfatiza que “esse ato de fala, de ‘erguer a voz’, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão da nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta” (p. 38).

É relevante ressaltar que campanhas feministas que se articulam por meio de *hashtags* são formas de organização importantes dos movimentos feministas que nascem e encontram seu espaço de capilarização nas redes sociais. #NiUnaMenos, #MeToo, #VivasNosQueremos, #TimesUp, são alguns dos lemas de movimentos que repercutiram ao redor do globo pelas reivindicações dos direitos das mulheres. (FRASER, ARUZZA, BHATTACHARYA, 2019).

4 Considerações finais

Podemos vislumbrar o funcionamento das redes sociais como terrenos férteis de articulação e mobilização dos movimentos feministas, sendo a *hashtag* uma ferramenta usada para categorizar os conteúdos publicados, uma estratégia que vem sendo recorrentemente utilizada por esses movimentos.

A *hashtag* #exposedfortal, criada em junho de 2020, foi divulgada principalmente no *Twitter* e no *Instagram* de forma a gerar articulações e mobilizações de mulheres estudantes cearenses. Neste artigo, onde nos debruçamos especificamente sobre o *Instagram*, vimos o conteúdo das postagens como força motriz para que os casos ganhassem visibilidade no espaço público, ocupasse espaço nos jornais¹⁰ e chamasse atenção do delegado André Costa, até então titular da Secretaria de Segurança Pública do Ceará¹¹, sendo notória a força mobilizadora do debate nas redes sociais por meio da *hashtag*. Mais tarde, o Ministério Público recebeu as denúncias e levou o caso à justiça¹².

De 2015 para cá, os sistemas de utilização de tags (etiquetas ou palavras-chave) têm se tornado altamente populares. O tagueamento permite que os usuários adicionem palavras-chave para recursos da www, tais como websites, páginas, imagens, músicas etc. A vantagem das tags é que são personalizáveis, isto é, não precisam ser palavras institucionalizadas ou rótulos controlados ou predefinidos (...) Assim, os sistemas de tagueamento são ferramentas com alto poder que estimulam conversações em comunidades ou grupos com interesses semelhantes, sendo simultaneamente flexíveis e adaptáveis ao fluxo dos discursos (PRADO, 2011, p. 184).

10 Mais informações em: <https://globoplay.globo.com/v/8711959/>. Acesso em 27/09/20.

11 Mais informações em: <https://twitter.com/delegadoandre/status/1275739856522575879>. Acesso em 27/09/20.

12 Mais informações em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/07/08/exposedfortal-ministerio-publico-recebe-denuncias-e-levara-casos-de-crimes-sexuais-a-justica.ghtml>. Acesso em 10/05/2021.

Podemos, pois, constatar, a capacidade de articulação e mobilização dos movimentos feministas por meio de uma *hashtag*, sendo evidente o potencial de organização e distribuição de conteúdo, bem como a visibilidade pública deste, capaz de alcançar o espaço público e as instituições públicas responsáveis pela resolução do caso.

Referências

- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Thithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: Um Manifesto**. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Editora 70, 1977.
- BOGADO, Maria. **Rua**. In: Explosão Feminista: Arte, Cultura, Política e Universidade. Org: Heloísa Buarque de Hollanda. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2017.
- COSTA, Cristiane. **Rede**. In: Explosão Feminista: Arte, Cultura, Política e Universidade. Org: Heloísa Buarque de Hollanda. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.
- ELLISON, N. B, BOYD, D. **Sociality Through Social Network Sites**. In W. H Dutton (Ed.), *The Oxford Handbook of Internet Studies* (pp. 151-172). Oxford: Oxford University Press, 2013.
- GOHN, Maria da Glória. **Participação e Democracia no Brasil: Da Década de 1960 aos Impactos de Pós Junho de 2013**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019.
- HINE, Christine. **Virtual Ethnography**. London: SAGE Publications, 2000.
- HOOKS, bell. **Erguer a Voz: Pensar Como Feminista, Pensar**

como Negra. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

LEMOS, André. **Ciberativismo**. In: Jornal Correio Braziliense. Brasília 15 de novembro de 2003, Caderno Pensar, 2003.

MAIA, Rousiley Cely Moreira. “Internet e Esfera Civil: Limites e Alcances da Participação Política”. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C.M; MARQUES, Francisco P.J.A. **Internet e Participação Política no Brasil**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A Internet e a Rua: Ciberativismo e Mobilização nas Redes Sociais**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2013.

PRADO, Magaly. **Webjornalismo**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2011.

PRUDÊNCIO, Kelly. “Micromobilizações, Alinhamento de Quadro e Comunicação Política”. In: **Revista ComPolítica**. n. 4, v. 2, p. 88-110, edição Agosto-Dezembro de 2014.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.

RECUERO, Raquel; BASTOS, Marco; ZAGO, Gabriela. **Análise de Redes Para Mídia Social**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015.

SAKAMOTO, Leonardo. **Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas**. In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que Tomaram as Ruas do Brasil. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.



SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Amanda Pereira Serafim: Acadêmica de Direito da Universidade Federal de Rondônia. Integrante do Grupo de Pesquisa DITERRA – Direito, Território e Amazônia. Bolsista PIBIC, ciclo 2020/2021. Cacoal, Rondônia, Brasil. E-mail: amandapserafim@gmail.com

Carla Rosane da Silva Tavares Alves: Doutora em Letras (UFRGS). Docente e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). 1ª Líder do GEPELC (UNICRUZ). Cruz Alta-RS, Brasil. E-mail: ctavares@unicruz.edu.br

Carlos Henrique Miranda Jorge: Advogado. Graduação pelo Centro Universitário de Votuporanga – SP. Especialização em Direito do Estado com ênfase em Direito Administrativo pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); Especialista em Direito e Processo Penal pela Escola Paulista de Direito (PED); Mestre em Direito na área de Empreendimentos Econômicos, Desenvolvimento e Mudanças Sociais, pela Universidade de Marília (Unimar) Professor do Curso de Direito - Faculdades Integradas de Paranaíba. Integrante do Grupo de Pesquisas Direito, Cidadania & Políticas Públicas, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado e Doutorado, da UNISC. Mestrando em História Pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás-Câmpus Sudeste – Morrinhos – GO. E-mail: hmj@hotmail.com

Celiena Santos Mânica: Mestranda em Direitos Sociais e Políticas Públicas pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Graduada em Direito pela Universidade de Erechim – URI. Graduada em Letras Português, Inglês e respectivas literaturas pela Universidade de Lajeado - UNIVATES. Professora da Escola Educar-se (UNISC). Integrante do Grupo de Pesquisas Direito,

Cidadania e Políticas Públicas, cadastrado no CNPq coordenado pela Profa. Dra. Marli M. Moraes da Costa. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9214577921444854> E-mail: manicacelienna@yahoo.com.br

Cristiane Guilherme Bonfim: Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará – Fortaleza/CE. E-mail: crisgbonfim@gmail.com

Daiane Caroline Tanski: Mestranda em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social pela Universidade de Cruz Alta (PPGPSDS / UNICRUZ), com bolsa CAPES. Discente voluntária do projeto de pesquisa denominado “Constituição, Hermenêutica e Direitos Sociais” (PIBIC/UNICRUZ). E-mail: daitans@hotmail.com

Daniel Ferro Nobre de Lima: Acadêmico de Direito da Universidade Federal de Rondônia. Integrante do Grupo de Pesquisa DITERRA – Direito, Território e Amazônia. Cacoal, Rondônia, Brasil. E-mail: danielickfd@gmail.com.

Denise Tatiane Girardon dos Santos: Doutora em Direito - UNISINOS. Mestre em Direito - UNIJUÍ. Especialista em Educação Ambiental - UFSM. Bacharel em Direito - UNICRUZ. Graduanda em Filosofia-Licenciatura – UFPel. Coordenadora do PIBEX “Empoderamento dos Povos Indígenas do Rio Grande do Sul: proteção aos conhecimentos tradicionais pela Educação Ambiental” e do PIBIC “Estado de Direito e Democracia: espaço de afirmação dos direitos humanos e fundamentais” - UNICRUZ. Integrante do Grupo de Pesquisa Clínica de Direitos Humanos, da Universidade Federal do Paraná UFPR. Integrante do Grupo de Pesquisa Jurídica em Cidadania, Democracia e Direitos Humanos – GPJUR. Docente no Curso de Direito e do Núcleo Comum da UNICRUZ e do Curso de Direito das Faculdades Integradas Machados de Assis - FEMA. Advogada. Conciliadora Judicial - TJ/RS. Email: dtgsjno@hotmail.com.

Etyane Goulart Soares: Doutoranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito- Mestrado e Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul- UNISC, Conceito Capes 5, na Linha de Pesquisa Diversidade e Políticas Públicas com Bolsa CAPES modalidade II (2021). Mestre em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social pela Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ (2021). Especialista em Docência no Ensino Superior pela Faculdade Futura (2020). Graduada em Direito (2014 - 2018) na Universidade de Cruz Alta- UNICRUZ. Participa do Grupo de Pesquisa Jurídica em Cidadania, Democracia e Direitos Humanos - GPJUR. E-mail: etyanesoares@hotmail.com etyanegs@gmail.com

Fernanda Lavinia Birck Schubert: Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, com bolsa CAPES/PROSUC. Pós-graduanda em Direito Previdenciário pela Escola Brasileira de Direito - EBRADI. Graduada em Direito pela Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ. Integrante do Grupo de pesquisa Biopolítica e Direitos Humanos (UNIJUÍ). Integrante do Grupo de Pesquisa Jurídica em Cidadania, Democracia e Direitos Humanos - GPJUR (UNICRUZ). Integrante do Projeto de Pesquisa “Estado de Direito e Democracia: espaço de afirmação dos direitos humanos e fundamentais” e do Projeto de Extensão: “O comportamento sustentável dos povos indígenas da região do Alto Jacuí em relação ao ambiente natural: um pressuposto para a Educação Ambiental” (UNICRUZ). Email: fernanda_lbs@hotmail.com

Fernanda Maia Almeida Bezerra: Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará – Fortaleza/CE. E-mail: ferdamaiab@gmail.com

Gabriela Dickel das Chagas: Bolsista CAPES no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social na Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), com pesquisa acerca dos aspectos jurídicos e sociais da contrarreforma psiquiátrica; integrante do Grupo de Pesquisa

Jurídica em Cidadania, Democracia e Direitos Humanos da Universidade de Cruz Alta (GPJUR / UNICRUZ); Graduada em direito pela Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). E-mail: gabrieladdchagas@gmail.com

Georgea Bernhard: Advogada, Pós-graduada em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG. Integrante do Grupo de Estudos Direito, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade de Santa Cruz do Sul. E-mail: georgeabernhard@hotmail.com.

Giovana Eugenio Bernardo da Costa: Bacharelanda no curso de Direito pela Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro. E-mail: giovana.eugenio@live.com.

Jonathan Junges: Mestrando em Direitos Humanos pela Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (2011). Atualmente é graduando do curso de direito da Universidade de Cruz Alta. Bolsista CAPES. E-mail: jonathanjunges@yahoo.com.br

Isadora Hörbe Neves da Fontoura: Mestranda em Direito pelo Programa da Pós-Graduação em Direito - Mestrado e Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, Área de Concentração em Direitos Sociais e Políticas Públicas, na Linha de Pesquisa Constitucionalismo Contemporâneo, com bolsa PROSUC/CAPES, modalidade II. Graduada em Direito pela UNISC. Integrante do grupo de pesquisas “Relações de Trabalho na Contemporaneidade” e do grupo de pesquisas “Direito, Cidadania & Políticas Públicas”, ambos da UNISC. Integrante do grupo de estudo “O Trabalho além do Direito do Trabalho”, da USP. Endereço eletrônico: isadorahorbe@hotmail.com.

Isadora Nogueira Lopes: Acadêmica do curso de Direito pela Instituição de Ensino Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ.

Estagiária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Secretária de assistência jurídica do Diretório Central dos Estudantes (DCE) UNICRUZ. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Jurídica em Cidadania, Democracia e Direitos Humanos - GPJUR. Bolsista do projeto de demanda induzida/UNICRUZ intitulado “Sociedade e cultura: tecendo espaço de prevenção à violência contra a mulher na E.M.E.F. Toríbio Veríssimo, de Cruz Alta, RS”. E-mail: Isadora_nlopes@hotmail.com

João Vitor Carneiro da Silva: Acadêmico de Direito da Universidade Federal de Rondônia. Integrante do Grupo de Pesquisa DITERRA – Direito, Território e Amazônia. Bolsista PIBIC, ciclo 2020/2021. Cacoal, Rondônia, Brasil. E-mail: jvcarneiro0104@gmail.com

Joseangela Oliveira Santana: Professora. Graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás (Campus Morrinhos). Especialista em Formação Socioeconômica do Brasil pela Universidade Salgado de Oliveira (Universo); Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira pela Faculdade do noroeste de Minas (Finom); Professora de História efetiva na Rede Pública Municipal de Caldas Novas – GO. Mestranda em História Pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás - Campus Sudeste – Morrinhos – GO. Endereço eletrônico: profjoseangela@hotmail.com

Juliana Pereira Rodrigues: Bacharelanda no curso de Direito pela Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro. E-mail: julianarodrigues0609@gmail.com.

Karen Roberta Miranda: Mestranda em Fronteiras e Direitos Humanos pela Universidade Federal da Grande Dourados. Integrante do Grupo de Pesquisa DITERRA - Direito, Território & Amazônia. E-mail: kroberta18@gmail.com

Katiussa Richter: Acadêmica do curso de Direito da Universidade de Cruz Alta – Unicruz. E-mail: katiussarichter@hotmaill.com.

Larissa Gabriela Cruz Botelho: Mestra em Direito Penal pela UERJ (2016), graduada pela UFRJ (2013). Professora da Universidade Veiga de Almeida. Área de atuação: Direito Penal e Processo Penal. Violência de Gênero. Feminismo. E-mail: lari_gcb@hotmail.com.

Luís Guilherme Nascimento de Araújo: Acadêmico do curso de Direito da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). E-mail: guilhermedearaujo@live.com

Márcia Vidal Nunes: Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará – Fortaleza/CE. E-mail: marciavn@hotmail.com.

Maria Clara Faria Thomaz: Bacharelada no curso de Direito pela Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro. E-mail: mariaclara_fthomaz@hotmail.com.

Marina Solon Fernandes Torres Martins: Doutoranda e Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará – Fortaleza/CE. E-mail: solonmarina@gmail.com

Nariel Diotto: Doutoranda em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul- UNISC, Conceito Capes 5, na Linha de Pesquisa Diversidade e Políticas Públicas, com Bolsa PROSUC-CAPES. Mestra em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social pela Universidade de Cruz Alta (PPGPSDS / UNICRUZ), com bolsa CAPES. Cursa Especialização em Ensino da Filosofia, na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e Pós-Graduação em Direito Civil e Processo Civil, pela Faculdade Legale. Especialista em Direito Constitucional pela Faculdade Cidade Verde (2018). Bacharela em Direito pela Universidade de Cruz Alta (2012-2016). Integrante do Grupo de Pesquisa em Direito dos Animais da Universidade Federal de Santa Maria (GPDA / UFSM), do Grupo de Pesquisa Jurídica em Cidadania, Democracia e Direitos Humanos da Universidade de Cruz Alta (GPJUR / UNICRUZ) e do Grupo de Pesquisa em Direito, Cidadania e Políticas Públicas

(PPGD / UNISC). Organizadora da coleção de livros “Estudos de Gênero e Feminismos na Sociedade Contemporânea” (volumes I e II). Advogada. E-mail: nariel.diotto@gmail.com

Neiva Araujo: Professora da Universidade Federal de Rondônia. Doutora em Desenvolvimento Regional & Meio Ambiente. Coordenadora do Grupo de Pesquisa DITERRA – Direito, Território & Amazônia (www.diterra.unir.br). E-mail: neiva.araujo@unir.br

Raíssa Pedroso Becker de Lima: Graduanda em Direito pela Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Acadêmica voluntária pesquisadora integrante do projeto de pesquisa: “Estado de Direito e Democracia: espaço de afirmação dos direitos humanos e fundamentais”, que possui como coordenadora Denise Tatiane Girardon dos Santos. Atualmente é estagiária junto à Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos. E-mail: raissamil1@hotmail.com

Raquel Buzatti Souto: Graduada em Direito pela Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Especialista em Direito Constitucional Aplicado: uma abordagem material e processual pelo Centro Universitário Franciscano (UNIFRA). Mestre em Desenvolvimento (UNIUI). Professora do Curso de Direito da UNICRUZ nas disciplinas de Ciência Política, Teoria Geral do Estado, Direito Constitucional e Mediação e Arbitragem e Coordenadora do Núcleo de Práticas Jurídicas do Curso de Direito da UNICRUZ. Líder do Grupo de Pesquisa Jurídica em Direitos Humanos, Democracia e Cidadania (GPJUR) do Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Coordenadora do Projeto de Extensão “Balcão do Consumidor: por um direito do consumidor ao alcance de todos” (UNICRUZ). Representante da ESA - Subseção OAB Cruz Alta/RS. Mediadora Judicial Cível. Advogada. E-mail: rsouto@unicruz.edu.br

Simone Andrea Schwinn: Doutora em Direito pelo Programa de Pós Graduação em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC, com Bolsa PROSUC/CAPES. Mestre em Direito pelo mesmo programa, com Bolsa CNPq. Pós Doutoranda em Educação pelo PPGedu UNISC. Pesquisadora no grupo de Pesquisa “Direito, Cidadania e Políticas Públicas”, coordenado pela Prof.^a Dra. Marli M. M. da Costa e vinculado ao PPGD da Unisc e do grupo de Pesquisa “Identidade e Diferença na Educação”, coordenado pelo Prof. Dr. Mozart Linhares da Silva, vinculado ao PPGedu Unisc. Integrante do Núcleo de Pesquisas em Migrações da Região Sul-MIPESUL e do Grupo de Trabalho em Apoio a Refugiados e Imigrantes – GTARI UNISC. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1592622817540017> E-mail: ssimoneandrea@gmail.com.

Tiago Anderson Brutti: Doutor em Educação nas Ciências - Filosofia pela UNIJUÍ; pós-doutor em Filosofia pela UNIOESTE; mestre em Educação nas Ciências - Direito UNIJUÍ; bacharel em Filosofia pela UNIJUÍ; bacharel em Direito pelo IESASA; especialista em Direito Civil e Direito Processual Civil pela UNICRUZ; atua como professor, pesquisador e extensionista na UNICRUZ, particularmente no Curso de Direito e no Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social – Mestrado. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Jurídica em Direitos Humanos, Cidadania e Democracia (GPJUR/ UNICRUZ), liderado por Raquel B. Souto. E-mail: tbrutti@unicruz.edu.br

Os estudos de gênero e da teoria feminista são essenciais para denunciar as constantes violações dos direitos humanos sofridas pelos grupos sociais minoritários, pelas mulheres, pessoas negras, lgbtqi+, imigrantes, trabalhadores e trabalhadoras, indígenas, quilombolas, idosos, pessoas com deficiência, etc., que sofrem diuturnamente as violações de uma política neoliberal, desinteressada na efetivação dos direitos de cidadania. Nesse contexto, são as mulheres negras e pobres, historicamente, as mais afetadas pela política neoliberal, cuja armadilha de exploração as transforma em seres invisíveis aos olhos do Estado.

No cenário neoliberal, a opressão de gênero adquire novos elementos, pois diante da falta de participação igualitária na esfera pública e da consequente crise de representatividade e esvaziamento da soberania popular, as mulheres são ainda mais invisibilizadas ao passo que predominam os interesses do mercado em detrimento das lutas por igualdade, das políticas públicas e sociais e da garantia dos direitos humanos das mulheres.

É a partir da reflexão sobre a condição desigual das mulheres que esta obra se origina. Os escritos que a compõe atentam para toda a problemática que envolve a desigualdade de gênero, o entrecruzamento de diferentes espécies de opressão, a historicidade que resultou na sociedade que vivemos, os fatores que norteiam a complexidade da violência contra a mulher. Uma obra interdisciplinar, composta por pesquisadores de todo o país, que se preocupam com a condição sociocultural das mulheres e com os hábitos e costumes que se contrapõe à tradição dos direitos humanos.

